

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 1.416, DE 2020

Apensado: PL nº 4.329/2020

Tipifica como crime de responsabilidade a disseminação ou compartilhamento por ocupante de cargo, função ou emprego público de informação falsa, sem fundamento ou difamatória.

**Autora:** Deputada MARÍLIA ARRAES

**Relator:** Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.416, de 2020, busca impor sanções específicas, de cunho administrativo e político, ao ocupante de cargo, função ou emprego público que disseminar ou compartilhar informação falsa, sem fundamento ou difamatória.

O PL foi apresentado à Mesa no dia 2/4/2020 e posteriormente despachado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, sujeito à apreciação do Plenário, com regime de tramitação ordinária.

Em razão de pertinência temática, a ele foi apensado o PL nº 4.329/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos na divulgação de material com conteúdo discriminatório e difamatório em plataformas digitais oficiais.

No dia 16/6/2021, fui designado Relator da matéria nesta Comissão.



É o Relatório.

Segundo pesquisa divulgada pelo *Valor Econômico*<sup>1</sup>, o brasileiro está mais conectado, mas também mais desconfiado. De acordo com levantamento encomendado pelo Observatório Febraban, 73% dos entrevistados apontam melhoria na qualidade dos serviços de *internet* no Brasil nos últimos cinco anos e 87% afirmam que não viveriam sem conexão ou sentiriam muito a sua falta. No entanto, 86% manifestam preocupação com *fake news* em *blogs* e redes sociais, em maior ou menor intensidade.

“Apesar dos avanços nessa área de segurança de dados e de informações, a maior parte dos internautas mostra-se insatisfeita com a atuação do poder público e das autoridades no Brasil no combate às *fake news* na *internet* e nas redes sociais. Para 66%, essas autoridades não estão fazendo o suficiente”, aponta a pesquisa.

Quando a notícia é divulgada em *sites* ou *blogs*, 44% dizem confiar na informação e 43%, não. Se ela está em redes sociais, 60% não confiam e 30% confiam. Já quando a informação chega pelo WhatsApp, 67% desconfiam e 24% confiam. Além disso, 54% dos respondentes disseram estar muito preocupados com *fake news*, em especial as pessoas de 45 a 59 anos e com poder aquisitivo mais alto.

Ainda no campo da estatística, hoje, o Brasil é o quarto país mais conectado do mundo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A publicação deu-se em 1º/10/2020, sob o título **Brasileiro está mais conectado e preocupado com ‘fake news’, diz Febraban**, disponível no endereço eletrônico: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/10/01/brasileiro-esta-mais-conectado-e-preocupado-com-fake-news-diz-febraban.ghtml>. Acesso em 24/6/2021.

2 Dados compilados na **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, de 2019** (*TIC Domicílios 2019*), realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br, publicada no ano de 2020. Os dados podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://infocbr.org.br/>.  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211944010100>



De acordo com o *Pew Research Center* (PRC)<sup>3</sup>, a “taxa de câmbio” da mentira é favorável sobre a dos fatos verídicos. Somente nos Estados Unidos, 62% dos cidadãos obtêm informações por meio das redes sociais.

Segundo o PRC, essa demanda alimenta a geração de novos modos de produção de conteúdo inverídico. Mecanizada (com o uso de “robôs”), a falsa notícia circula mais rapidamente e com um potencial de difusão dez vezes maior. A mecanização do sistema ocorre por meio de algoritmos, que são combinações de regras que definem sequências operacionais. Essas sequências buscam um padrão narrativo encontrado na *internet*, gerando homofilia<sup>4</sup>, uma espécie de homogeneização dos dados circulantes na rede.

E, obviamente, o cenário americano se repete aqui no Brasil.

Nesse processo, em vez de potencializar o conhecimento, a *internet* está reduzindo nossa capacidade de obter informação.

Outro elemento que preocupa é a eficiência informacional do mercado, uma vez que, nas redes sociais, a desinformação se propaga mais rápido e com maior volume do que a informação<sup>5</sup>. Superexpostos, os consumidores de conteúdo não retêm os dados, nem se comprometem com a interpretação. Com isso, a informação/desinformação garante seus “15 minutos de fama”<sup>6</sup> pela própria discussão sobre sua veracidade.

Ademais, é de se considerar que outra prática inaceitável vem acontecendo com frequência preocupante: a divulgação, por agentes públicos,

---

[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf). Acesso em 24/6/2021.

<sup>3</sup> *Pew Research Center* é uma instituição apartidária que informa o público sobre as questões, atitudes e tendências que moldam o mundo. Realiza pesquisas de opinião pública, pesquisa demográfica, análise de conteúdo e outras pesquisas de ciências sociais orientadas a dados. Não toma posições políticas. Fonte: <https://www.pewresearch.org/about/>

<sup>4</sup> A palavra *homofilia* se refere ao típico comportamento sociológico pelo qual pessoas com contextos sociais similares tais como profissão, crenças, *status* social, renda, escola onde estudam, local onde moram, entre outros, tenderão a formar grupos onde se relacionam mais fortemente entre si do que com os de fora do contexto que as une. O melhor exemplo atualmente são os grupos de *WhatsApp*. Fonte: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/771/o/Aula\\_08\\_homofilia\\_e\\_densidade.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/771/o/Aula_08_homofilia_e_densidade.pdf). Acesso em 24/6/2021.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver o excelente trabalho de Rayess, M., Cheb, C., Mhann, J., & Hage, R. (2019). **Fake news judgement: The case of undergraduate students at Notre Dame University** – Louaize, Lebanon. *Reference Services Review*, 1, pages 147-157.

<sup>6</sup> A frase é do artista americano Andy Warhol: “No futuro, todos terão seus quinze minutos de fama”.



nos canais oficiais do Poder Público, de conteúdo discriminatório (homofóbico, por exemplo) ou racista. É sobre isso que o PL nº 4.329, de 2020, se ocupa.

Tanto o PL principal quanto o apensado debruçam-se sobre o combate à disseminação de mentiras ou conteúdo discriminatório, divulgados sem nenhuma cerimônia por alguns agentes públicos. A expectativa de impunidade é o que move esses maus servidores e autoridades, o que demonstra a plausibilidade jurídica das matérias legislativas em discussão.

Os detentores de altos cargos públicos podem praticar, além dos crimes comuns, os *crimes de responsabilidade*, vale dizer, infrações político-administrativas (crimes, portanto, de natureza política), submetendo-se ao processo de *impeachment*. Atualmente, a matéria está prevista na Lei nº 1.079/50 e nas interpretações sobre o rito do processo de *impeachment* estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Na Constituição Federal, o art. 85 prescreve que os atos do Presidente da República (e por extensão dos demais Chefes do Executivo, além de outras autoridades qualificadas como membros de Poder) que atentarem contra a Carta Política serão considerados crimes de responsabilidade. Exemplifica como hipóteses de crime de responsabilidade os atos que atentarem contra: a) a existência da União; b) o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; c) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; d) a segurança interna do País; e) a probidade na administração; f) a lei orçamentária; g) o cumprimento das leis e das decisões judiciais<sup>7</sup>.

Não podemos esquecer, ainda, a Súmula Vinculante nº 46: “A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União”.

---

<sup>7</sup> Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado (Locais do Kindle 22922-22923). Editora Saraiva. Edição do Kindle.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211944010100>



Nesse sentido, recepcionada, em grande parte, pela CF/88 (art. 85, parágrafo único), a citada Lei nº 1.079/50 é objeto de atenção por ambos os PLs ora submetidos a Parecer.

Outra norma que se cogita alterar, nos dois projetos, é a Lei nº 8.429/1992, a *Lei de Improbidade Administrativa*.

A norma constitucional prevista no §4º do art. 37 exigiu tratamentos sancionatórios diferenciados entre os atos ilícitos em geral (civis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa, com determinação expressa ao Congresso Nacional para edição de lei específica, que não punisse a mera ilegalidade, mas sim a conduta ilegal ou imoral do agente público voltada para a corrupção e para o vilipêndio dos valores republicanos, e a de todo aquele que o auxilie, no intuito de prevenir a corrosão da máquina burocrática do Estado e de evitar o perigo de uma administração corrupta caracterizada pelo descrédito, pela ilegalidade e pela ineficiência<sup>8</sup>.

A probidade administrativa é o mais importante conteúdo do princípio da moralidade pública, o que justifica a alteração na Lei de Improbidade pleiteada em ambas as proposições.

Entendemos oportuna e louvável a iniciativa de ambos os projetos de lei, tendo em conta o fim a que se prestam: combater as *fake news* e as mensagens de cunho racista e discriminatório.

Pelo conjunto de razões apresentadas, votamos, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.416, de 2020, e do Projeto de Lei nº 4.329, de 2020, na forma do Substitutivo abaixo minutado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO  
Relator



<sup>8</sup> RE 976.566, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 13-9-2019, P, DJE de 26-9-2019, Tema 576.  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211944010100>



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.416, DE 2020

Apensado: Projeto de Lei nº 4.329, de 2020

Dispõe sobre o sancionamento da disseminação ou compartilhamento, por agentes públicos, de informação falsa, difamatória, racista ou com conteúdo discriminatório, nos veículos de comunicação oficiais do Poder Público.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º .....  
.....

8 – divulgar ou compartilhar informação falsa, difamatória, racista ou discriminatória, em veículo de comunicação oficial de órgão ou entidade da administração pública.” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 11º .....  
.....

XI – divulgar ou compartilhar informação falsa, difamatória, racista ou discriminatória, em veículo de comunicação oficial de órgão ou entidade da administração pública.” (NR)

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211944010100>

